



INCONTINÊNCIA URINÁRIA FEMININA: UM ESTUDO TRANSVERSAL REALIZADO EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO NO NORTE DO BRASIL

CAVALCANTE, Filipe Gouveia¹; SILVA, Vitória Ferreira da²; CAVALCANTE, Arthur Pedrosa²; SOUZA;; LINO, Lorrany de Souza²; SILVA, Ediana Vasconcelos³

RESUMO

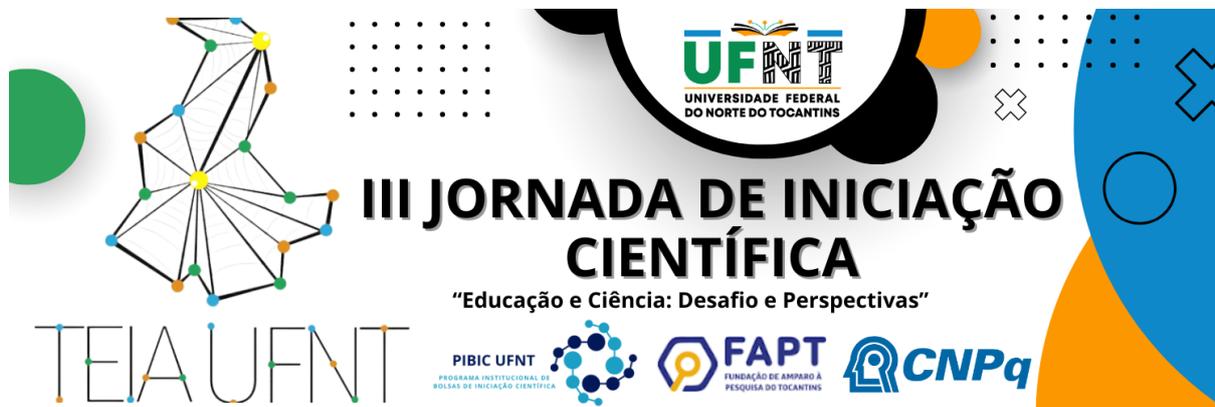
A incontinência urinária feminina é uma doença entendida como a perda involuntária de urina por mulheres. O presente trabalho trata-se de um estudo transversal realizado com HU-HDT da UFT na cidade de Araguaína-TO e seu objetivo geral foi determinar a prevalência de incontinência urinária em mulheres atendidas no HU-HDT. A coleta de dados se deu em quatro etapas e teve como instrumento a aplicação de um questionário com perguntas objetivas e subjetivas que serviram para identificar o perfil, hábitos de vida e a existência de busca por tratamento de IU pelas participantes. 50 mulheres participaram da pesquisa e assinaram o TCLE, sendo possível perceber que a incontinência ainda é vista por muitas como algo normal, com baixa procura para tratamento e as categorias de IU foram do tipo de IU de esforço, IU de transbordamento e IU mista. Assim, é possível perceber a necessidade de realizar ações de pesquisa, ensino e extensão para que surja esclarecimentos sobre a temática.

Palavras-chave: Incontinência urinária feminina. Prevalência. Tratamento.

1 Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/PIBITI). Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Faculdade de Ciências da Saúde. filipe.cavalcante@ufnt.edu.br

2 Acadêmico do curso de medicina da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Faculdade de Ciências da saúde.

3 Professora Doutora da Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), coordenadora do projeto de extensão. ediana.silva@ufnt.edu.br



I. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

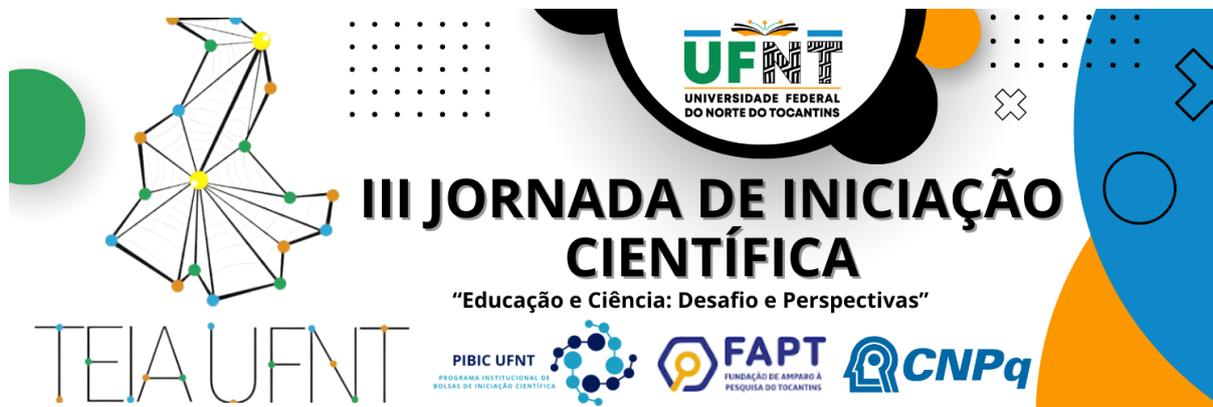
A incontinência urinária (IU) é uma patologia comum em mulheres em diversas idades e pode ser definida como a perda involuntária de urina devido a diminuição da capacidade de controle dos esfíncteres urinários.

Nesse contexto, a pesquisa realizada esteve inserida na grande área ciências biológicas/saúde e foi direcionada a investigar a prevalência, o tratamento de IU e o perfil das mulheres participantes que estavam em atendimento no Hospital Universitário de Doenças Tropicais da UFT (HU-UFT) e que aceitaram participar da coleta de dados.

O estudo realizado foi do tipo transversal, com aplicações semelhantes aos trabalhos de Dantas *et al.*, (2020) e Mesquita *et al.*, (2020), sendo uma questão relevante à medida que a IU é uma condição não fisiológica e diversas vezes interpretada como algo normal, requerendo maiores discussões. Outro ponto a ser observado é que no Estado do Tocantins ainda não há dados estatísticos relacionados a IU, sendo necessário a realização de pesquisas com essa temática.

No que se refere a contribuição das atividades para o desenvolvimento da temática da pesquisa, foi possível construir um valor quantitativo inicial da ocorrência de IU feminina na segunda maior cidade do Tocantins, além da realização de divulgação científica do tema pela entrega de um folder educativo e uma cartilha de orientação acerca da patologia em discussão.

As atividades desenvolvidas tornam-se relevantes para o público-alvo devido a carência de esclarecimentos sobre a incontinência urinária como algo que requer tratamento. Assim, como futuro médico, é importante ter conhecimento sobre epidemiologia, classificação, diagnóstico, tratamento, prevenção e alternativas para a realização de educação em saúde, pontos contemplados com a pesquisa.



Por fim, o contexto da pesquisa foi saúde urinária feminina em mulheres atendidas no HU-UFT, que se estruturou na aplicação de técnicas de pesquisa para coleta de dados (pesquisa), com aprendizagem de conhecimentos científicos sobre IU (ensino) e atividades de educação em saúde em espaço externo à universidade (extensão).

II. BASE TEÓRICA

Conforme as Diretrizes Brasileiras para IU, existem classificações relacionadas com a forma de apresentação para esse quadro clínico, podendo ser: incontinência de esforço (IUE), incontinência mista (IUM) e incontinência de urgência (IUU). Esse documento oficial e outros autores também alertam que as pacientes diagnosticadas com IU interpretam geralmente a perda de urina como algo fisiológico, quando, na verdade, não é (BRASIL, 2019; DANTAS et al., 2020; MESQUITA et al., 2020).

Dantas et al. (2020), em sua pesquisa relacionada com a frequência de incontinência urinária em mulheres, realizou um estudo na cidade de Pilões-RN. Nesse estudo, participaram 300 mulheres, em que a coleta de dados foi mediante o uso de questionários. Os resultados relatam que a frequência de IU feminina encontrada foi de 8%. A média de idade foi de 38,8 anos. A média de vezes que as mulheres com IU urinaram durante o dia foi de $6,5 \pm 1,6$ vezes e durante a noite foi de 1,8 vezes.

III. OBJETIVOS

Objetivo geral:

- Determinar a prevalência de incontinência urinária em mulheres atendidas no Hospital Universitário de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins.

Objetivos específicos:



- Realizar um levantamento sociodemográfico e epidemiológico sobre mulheres adultas que foram atendidas no Hospital de Doenças Tropicais (HDT-UFT) de Araguaína-TO com incontinência urinária;
- Entender o(s) motivo(s) pelos quais a população feminina deixa de procurar atendimento especializado para tratar a incontinência urinária.

IV. METODOLOGIA

Delineamento do estudo e população

Trata-se de um estudo transversal descritivo com mulheres adultas que foram admitidas em um dos serviços do Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins (HDT-UFT) com idade igual ou maior que 18 anos.

Procedimentos para coleta de dados

Esta investigação foi realizada em 04 (quatro) etapas, após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Na primeira etapa, os pesquisadores se deslocaram até o hospital HDT-UFT na cidade de Araguaína-TO e solicitaram ao setor responsável a relação das mulheres com idade igual ou acima a 18 anos, que estão em atendimento no hospital universitário. A segunda etapa foi o rastreamento e a abordagem destas mulheres a participar da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e preenchimento do formulário de pesquisa sobre incontinência urinária. A terceira etapa consistiu na análise dos dados obtidos, e na quarta etapa será realizada a divulgação dos resultados encontrados para os envolvidos na pesquisa.



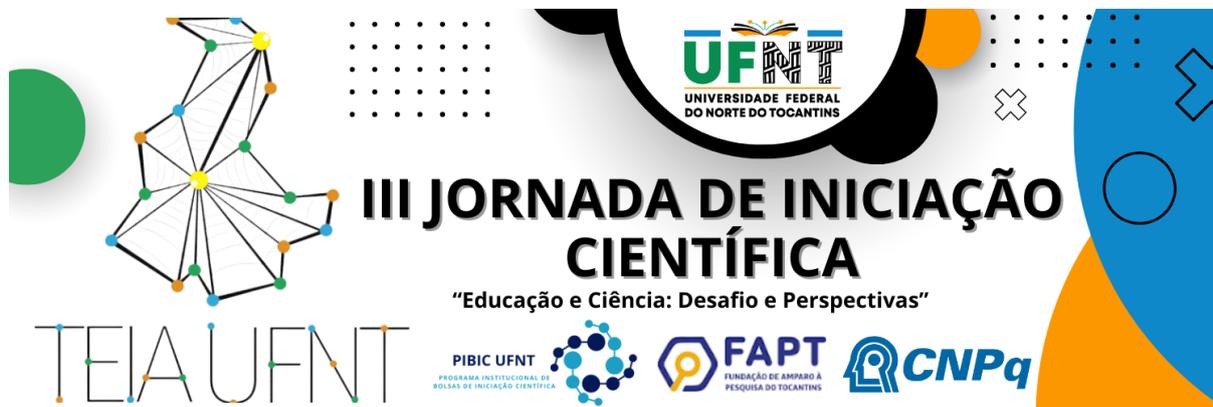
Variáveis presente no questionário

As variáveis desta pesquisa são: idade, estado civil, escolaridade, raça, profissão, prática de atividade física, se possui doença crônica, se faz uso de medicamentos, tabaco e bebida alcoólica, quantidade de gestações e tipo de parto, se a paciente apresenta perda de urina involuntariamente, a frequência da perda urinária, quantidade de urina, ocasiões em que ocorre perda de urina, interferências no cotidiano, profissional de saúde e tratamento recomendado para incontinência urinária, motivos para não ter procurado assistência.

V. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados realizada no HU-HDT-UFNT teve a participação de um total de 54 mulheres maiores de 18 anos que foram convidadas a participar da pesquisa. Nesse grupo, apenas 50 aceitaram responder o questionário de avaliação que foi o principal instrumento da pesquisa. Dentro desse N, 30 mulheres (60%) negaram a perda involuntária de urina e 20 participantes (40%) afirmaram perder urina involuntariamente.

As literaturas mais recentes sobre IU feminina afirmam que o número de parto e ou seu tipo são fatores que predispõe ao surgimento dessa patologia. Assim, as mulheres foram questionadas sobre o número de gestações e o tipo de parto, obtivemos os seguintes dados: nenhuma gestação, 24% (n= 12); uma gestação, 12% (n= 6); duas gestações 28% (n= 14), três gestações, 22% (n= 11), mais que 3, 14% (n= 7). As mulheres incontinentes apresentaram maior número de partos quando comparadas com o grupo continente. Acerca do tipo de parto, encontramos: foram parto vaginal (n=6), cesariana (n=18) e aborto (n=4).



Sobre a frequência de perda de urina: 40% uma vez por semana mais ou menos (n= 8); 20% duas a três vezes por semana (n= 4); 10% uma vez por semana (n= 2); 20% diversas vezes ao dia (n= 4); 10% somente durante a noite (n= 2). Outra pergunta feita, almejou identificar quando as participantes incontinentes perdiam urina, 48% (n=9) afirmaram perder urina ao espirrar ou tossir; 13% (n=3) ao realizar algum esforço físico; 9% (n=2) perdem durante a noite ao deitar; 30% (n=6) não souberam quando ocorre a perda de urina. Assim, os tipos de incontinência identificados foram: incontinência de esforço, incontinência por transbordamento e incontinência mista.

A IU pode gerar constrangimentos, pois muitas vezes a perda de urina acontece em locais públicos e/ou na presença de pessoas. Um total de 12 mulheres (60%) responderam que já se sentiram constrangidas por conta da perda de urina e o episódio se deu em: 55% em sua casa (n=11), 5% durante relação sexual (n= 1) e 40% local público (n= 8).

A parte 4 do questionário objetivou avaliar o entendimento das participantes com incontinência urinária sobre como tratar essa alteração. Ao serem perguntadas sobre qual profissional procurar para tratar a perda de urina, 44% não souberam indicar um profissional específico e 56% indicaram um possível profissional. Os três mais citados: urologista, ginecologista e clínico geral.

Acerca da procura por atendimento para tratar a perda de urina muitas vezes é negligenciada pelas mulheres, em virtude de vários fatores: acreditar que a perda involuntária de urina é normal, vergonha, dificuldade para acessar o atendimento, entre outros. Das entrevistadas e com incontinência urinária, 85% nunca procuraram (n=17) e 15% já procuraram (n= 3). As indicações de tratamento apontadas pelas participantes que procuraram atendimento foram: perda de peso, perineoplastia,



antibiótico para tratar infecção urinária e uso de anti-inflamatório. Outra pergunta feita sobre o tratamento foi se ele foi resolutivo, as três participantes disseram que não resolveu.

VI. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa desenvolvida, foi possível perceber que o tema incontinência urinária feminina (IU) possui diversos fatores que a torna uma patologia negligenciada por ser percebida pela maioria das mulheres como algo normal. Todavia, há a necessidade de realizar ações em saúde que traga esclarecimento para a população, haja visto que a qualidade de vida das mulheres incontinentes é prejudicada.

VII. REFERÊNCIAS

BRASIL, MS. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Incontinência urinária Não Neurogênica**. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (CONITEC). Brasília, 2019.

Dantas, M. A; Dias, C.; Nascimento, E. G. C. **Frequência da incontinência urinária em mulheres na idade produtiva**. Revista Enfermagem Atenção Saúde, v. 9, n. 2, 16-27, 2020.

MESQUITA, V. C, *et al.* **A prevalência da incontinência urinária em mulheres praticantes de exercícios físicos de alto impacto**. Revista Pesquisa Fisioterapia. 2020;10(4):634-641.

VIII. AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.